

ESPAÇOS DE PODER NOS ASSENTAMENTOS DO MST¹:

UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Raquel Forchesatto ²

Myrian Aldana Vargas Santin ³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender como se apresentam as desigualdades de gênero no acesso aos espaços de poder em assentamento da reforma agrária. Num primeiro momento foi realizada pesquisa bibliográfica e documental sobre o histórico do MST, em especial a realidade do município de Passos Maia/SC, e estudos sobre a categoria relações de gênero. Assim, a pesquisa buscou entender as desigualdades de gênero dentro da estrutura do MST e o surgimento de espaços, como o Setor de Gênero, que potencializou e incluiu o debate na pauta da organização. Com isso, foi possível perceber que as mulheres tendem a construir estratégias para a participação em espaços de decisão nas diferentes instâncias do movimento social, bem como da sociedade. Muito já se avançou nos debates sobre o tema, porém as relações desiguais ainda permeiam as instituições políticas, econômicas e sociais, pois se baseiam em características da sociedade patriarcal, onde o poder de um gênero sobre o outro prevalece nas relações existentes.

Palavras-chave: Desigualdades de Gênero; Relações de Gênero; Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

Utilizar a perspectiva de gênero para analisar as desigualdades de acesso ao poder, em qualquer movimento social é um grande desafio. Geralmente esses movimentos sociais buscam lutar por maior igualdade, ou até mesmo superar as diferenças impostas pelas relações apresentadas na sociedade vigente. No caso do MST, apresentam-se pautas objetivas, como por exemplo, o principal ponto elencado ao longo dos seus anos de existência, a luta pela terra. Assim, estudar a perspectiva de gênero é realmente adentrar e se perguntar com

¹ Sigla do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

² Assistente social, pós-graduada em História Regional pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, e pós-graduada em Educação em Direitos Humanos e Diversidades: uma abordagem interdisciplinar pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

³ Professora doutora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ e orientadora deste artigo final.

maior profundidade como ocorre e até que ponto as desigualdades de gênero estão sendo superadas no seu cotidiano.

Por isso, este estudo se desafia a entender como esse processo de superação das desigualdades de gênero ocorre em assentamentos no município de Passos Maia/SC. Também foi proposto compreender quais são os avanços e os limites na busca por relações de igualdade e práticas organizativas em que todos participem, tanto as mulheres como os homens.

Enquanto procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, pautamo-nos na abordagem proposta pela pesquisa qualitativa que,

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21 – 22)

A partir da escolha do método, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, sobre o MST e as relações de gênero. Também foi realizada pesquisa de campo, através de entrevistas e principalmente com informações registradas em diário de campo⁴.

A busca por compreender esta temática surgiu a partir da inserção no curso de pós-graduação em Educação em Direitos Humanos (EDH) e Diversidades: uma abordagem interdisciplinar⁵. O debate acerca das relações de gênero e do MST é intrínseco as discussões pautadas pelos direitos humanos, sendo esses conquistados no cotidiano, na luta diária dos sujeitos nas mais diversas esferas da sociedade. A luta apresentada pelas mulheres tem sido grande e cada vez mais necessária, para que se garanta uma sociedade com menos desigualdades de gênero. No entanto, mesmo com a luta das mulheres e de homens em espaços econômicos, políticos e sociais, ainda é possível constatar fortemente a presença de violência contra a mulher e outras formas de discriminação, sendo esse processo uma

⁴ As observações apontadas referem-se a elementos da realidade dos assentamentos de Passos Maia/SC. Essa ação foi possível com maior propriedade, pois atuo como assistente social na equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, do município há 03 anos e vivencio cotidianamente esta realidade.

⁵ Para realização deste curso de pós-graduação, foi recebida bolsa de estudo através do Programa do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, oferecida pela Secretaria Estadual de Educação - Governo do Estado de Santa Catarina.

característica própria de nossa sociedade, ainda sendo necessária ser trabalhado.

Por fim, este trabalho apresentará um breve histórico do surgimento do MST e como se consolidam os assentamentos da reforma agrária no município de Passos Maia/SC. Logo após serão abordado elementos quanto ao debate das relações de gênero no interior do movimento social, levando em consideração aspectos fundamentais como o surgimento do Setor de Gênero. Também serão realizados apontamentos sobre a realidade vivenciada pelas mulheres assentadas e o quanto é necessário que todas as pessoas estejam vinculadas na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, aonde as relações entre os sujeitos, homens e mulheres, sejam cada vez menos desiguais.

O MST: ELEMENTOS HISTÓRICOS DE SUA CONSTITUIÇÃO

O MST surge no Brasil na década de 1980, com o seu objetivo principal a luta pela terra e sua redistribuição. Nos mais de 30 anos de luta muitos avanços ocorrem em nível nacional e internacional, como a criação de assentamentos em diversos estados do país e a vinculação com a Via Campesina⁶.

As primeiras ocupações de terra ocorreram em 1979 no Rio Grande do Sul e 1980 em Santa Catarina na Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê. Em 1981,

Famílias que não haviam conseguido assentamento em lutas anteriores resolveram acampar num local chamando Encruzilhada Natalino, entroncamento das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Parceiros, meeiros, assalariados e filhos de pequenos agricultores vieram juntar-se a elas. (MORISSAWA, 2001, p. 125)

Estas ocupações foram propulsoras para a organização do MST e representam um marco fundamental para a sua história de luta e resistência. Em 1984, ocorreu à primeira Reunião Nacional no município de Cascavel/PR, sendo que neste encontro foi construída à sigla que até hoje denomina o movimento. O primeiro Congresso Nacional do MST foi realizado no ano de 1985, no município de Curitiba/PR. A partir desse momento histórico as ocupações de terra passam a proporcionar as famílias maior organização, podendo fortalecer o

⁶ É a junção de movimentos sociais e organizações internacionais de diversos locais do mundo. Juntos unificam pautas e buscam um mundo mais justo e igualitário.

diálogo, qualificar a luta e os seus objetivos.

É a partir da constituição de grandes acampamentos que a questão da luta pela terra entra em pauta para o Governo Federal, passando a ser observada com maior ênfase, pois havia uma pressão social de grandes proporções desempenhada pelo MST e seus simpatizantes espalhados pelo país. Assim, surge a necessidade de uma compreensão mais efetiva quanto a Reforma Agrária, sendo “[...] um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir.” (STEDILE, 2012, p. 657)

Após consolidação do movimento social e o fortalecimento de sua pauta de lutas, a primeira grande ocupação no Estado de Santa Catarina, ocorreu no dia 25 de maio de 1985, na Fazenda Papuam, localizada no município de Abelardo Luz/SC, contando com a participação de mais de 1000 famílias.

Na região do município de Passos Maia (Figura 1.), dois Projetos de Assentamento – PA, são propostos através de parceria entre Prefeitura Municipal de Ponte Serrada e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no ano de 1989. Nessa ocasião não havia organização do MST no município.

Figura 1. Localização do Município de Passos Maia no Estado de Santa Catarina



Fonte: www.mapainterativo.ciasc.gov.br, acesso em: 17 de novembro de 2014.

Porém, estes dois assentamentos não foram suficientes para suprir a necessidade da população sem terra, levando em consideração a extensa quantidade de terra nas mãos de poucos fazendeiros. Então o MST se organiza e em 20 de novembro de 1995, ocorreu uma grande ocupação de terras na localidade da Fazenda Ameixeira, com aproximadamente 800 famílias de vários municípios do Estado de Santa Catarina. E neste momento histórico que o movimento se fortalece no município.

Após anos de luta e resistência nos acampamentos, as famílias passam a ser assentadas e a realidade do município de Passos Maia/SC, que até 1991 era um distrito de Ponte Serrada/SC, se alterada. É nesse contexto que a luta do MST se fortalece, sendo necessária a sua continuidade, só que agora para além do acesso ao direito a terra, mas na busca de melhores condições de vida. Para isso, tornou-se necessário a luta por moradia, escola, unidade de saúde, assistência técnica, entre outros meios que pudessem qualificar a produção da vida nos assentamentos.

Atualmente existem 14 assentamentos em todo o território do município, com aproximadamente 500 famílias assentadas, onde a terra que estava sob dominação de um número reduzido de fazendeiros passa a ser distribuída para uma grande quantidade de famílias sem terra. Com um território de 619,156km², possui uma população estimada (IBGE, 2010) de 4.425 pessoas. Dessas 1.099 pessoas moram no perímetro urbano e 3.326 pessoas moram no campo, onde a grande maioria possui vínculo com os assentamentos e luta pela terra.

RELAÇÕES DE GÊNERO E O MST

Partindo dos debates acerca da terra e as disputas ocorridas em virtude da mesma, outro tema que norteará a presente pesquisa é a discussão sobre as relações de gênero. Compreendem-se essas relações de poder existentes entre homens e mulheres, não sendo apenas pautada pelas diferenças físicas e biológicas, mas sim através da manifestação das desigualdades existentes em nossa sociedade. Esta questão tem grande repercussão nas discussões políticas, econômicas e sociais, sendo necessário ao MST entrar no debate das

desigualdades de gênero, tanto que propõe ao longo de sua história a criação de instâncias para fortalecer esse processo, como é o caso do Setor de Gênero.

Atualmente existem vários estudiosos que tem se debruçado a pesquisar este movimento social e o seu processo de luta pela terra, mas que também analisam como são apresentadas as relações de gênero. Dentre eles, Schwendler (2009) nos indica que

A luta pela terra, ao mesmo tempo que coloca em cena sujeitos historicamente excluídos de diversos direitos formando uma identidade coletiva – a de sem-terra, produzida a partir de uma consciência de classe trabalhadora –, gera também a necessidade de recriação das identidades de gênero e do papel da mulher, cuja participação na luta social, desde a constituição do MST, tem posto em movimento práticas político-organizativas que recriam os espaços e as relações de gênero.

Nessa perspectiva, observa-se que a partir da efetivação do movimento social, torna-se necessário incluir novos debates em sua pauta. Assim, inicia-se a “Preocupação do Movimento em relação às mulheres.” (SILVA, 2004, p. 269) Porém, mesmo com este contexto, ainda havia uma grande resistência para que as mulheres pudessem ocupar determinados espaços políticos, pois sempre foram permeados por disputa. Cabia nesse período impulsionar os debates acerca do conceito de relações de gênero, pois as mulheres sempre estiveram presentes nos diferentes espaços de luta, tendo um papel fundamental nos enfrentamentos e resultados obtidos no decorrer de suas ações. Ainda segundo Silva (2004),

As relações de gênero no interior de produções subjetivas em acampamentos e assentamentos do MST são muito significativas no conjunto dos discursos e práticas que as constituem. Em primeiro lugar, porque uma das preocupações do Movimento a partir de 1980 foi incorporar algumas discussões de orientação feminista bastante fortes nessa década. Depois, porque se investiu muito nas mulheres como sujeitos militantes, com direitos, mas sobretudo deveres no interior do Movimento. Essas preocupações, de certo modo, também reconstituíram partes dos discursos de “igualdade” e “emancipação feminina” que marcaram presença nos enunciados socialistas a partir do século XIX. (SILVA, 2004, p. 270)

Isso nos revela que os debates acerca das relações de gênero estavam e, conseqüentemente, ainda hoje persistem fortemente no interior do MST. É compreensível, ainda dizer, que isso ocorreu a partir de influência da sociedade na década de 1980. A inclusão do debate acerca das teorias feministas sempre foram conflituosos, pois mesmo o MST, sendo reconhecido como um espaço de avanço no que se refere a luta pelos direitos humanos e na busca de um novo modo de produção, ainda persista conceitos como machismo

e patriarcado em suas relações.

As desigualdades entre homens e mulheres vêm sendo mantidas ao longo da história como uma característica das sociedades patriarcais. Segundo Machado (2000, p. 3), “o termo ‘patriarcado’ remete, em geral, a um sentido fixo, uma estrutura fixa que imediatamente aponta para o exercício e presença da dominação masculina”. Essa dominação de um ser sobre o outro se torna algo naturalizado quando é aceita e reproduzida pelo grupo de indivíduos que pertencem à sociedade. O patriarcado apresenta-se como um estereótipo predominante em muitas sociedades, justificando o modelo de família denominada nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Para Miotto (2004), é um fenômeno que se apresenta como uma concepção naturalizada pelos indivíduos, no que se refere às obrigações familiares e nas demais instituições da sociedade (escola, política, igreja...).

Assim, a categoria de gênero nos permite entender de que maneira as desigualdade vão manter esse patriarcado e como as instituições econômicas, políticas e sociais, estão permeadas por essas práticas machistas, tanto nos espaços urbanos, como nos rurais. No que se refere realidade do campo

Até os anos 80, a mulher trabalhadora do campo era vista como “do lar”, não era reconhecida como trabalhadora rural, não tinha direito a aposentadoria e ao salário maternidade, não era sindicalizada e seu nome não constava no bloco de produtor. Somente com a Constituição Federal de 1988, com resultado da pressão e organização do movimento de mulheres rurais e das lideranças femininas nos sindicatos, articulados com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criando pelo Ministério da Justiça em 1985, os direitos das mulheres foram expandidos em relação à legislação do trabalho, aos benefícios de previdência social, à inclusão das mulheres na reforma agrária. (SCHWENDLER, 2009, p. 209)

Pode-se compreender que para conquistar direitos, como de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, foram necessários inúmeros debates e momentos de luta desempenhado pelas mulheres e homens do campo em diferentes organizações sociais. Um exemplo desse processo vivenciado pelas mulheres na constituição do MST e que expressa a necessidade de mecanismos de luta na garantia de direitos, ocorre quando “[...] mesmo a mulher conquistando um direito de ser beneficiária da reforma agrária, o processo de seleção dos beneficiários feito pelo INCRA, na época, era discriminatórios [...]” (SCHWENDLER, 2009, p. 203) No começo dos cadastramentos realizados pelo Governo Federal, quem poderia ser incluído na lista de beneficiários eram homens casados ou solteiros, sendo que as mulheres só abdicariam do direito de acesso a terra se fossem casadas ou convivessem com

sua família de origem. Para as mulheres solteiras que buscavam garantir o acesso a terra não poderia executá-lo, pois dentre os procedimentos legais cabíveis esse não estava previsto. Foi a partir das lutas com o foco nas relações de gênero, no interior do movimento e sucessivamente em outras esferas políticas, como por exemplo, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que realidades como a apresentada são questionadas e assim é possível alterá-las. É por meio de muitas discussões e organização das mulheres e homens que o fato das mulheres se tornarem beneficiárias da concessão de uso dos lotes de terra é conquistado.

O MST passa a colocar em pauta o debate sobre as desigualdades de gênero existentes em nossa sociedade, mas com maior propriedade as vivenciadas no interior de sua estrutura organizativa. Assim, “[...] a participação feminina na luta pela reforma agrária por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), abre a possibilidade de questionar antigas hierarquias, embora o resultado possa não ser uma maior igualdade.” (PAULILO, 2009)

É a partir de 1996, que foi criando dentro da estrutura de organização do MST o Setor de Gênero, que passa a questionar os problemas vividos no cotidiano das famílias, o papel da mulher na sociedade, no interior do MST e a construir novos significados para o debate. Nessa realidade é possível perceber o momento histórico que passa a se pensar e refletir de uma forma mais enfática as relações de gênero dentro do debate da luta de classes, definido como base fundamental de organização do movimento. Para fortalecer essa discussão, compreende-se como fundamental explicitar as linhas políticas do Setor de Gênero no MST, aprovadas em 1999.

Cada uma dessas linhas representa ações a serem realizadas pelos integrantes do movimento na luta por relações mais equânimes no cotidiano dos seus acampamentos e assentamentos. De um modo geral, elas partem de um pressuposto do que se entende enquanto debate sobre as relações de gênero no interior do movimento, para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, apresentam-se nos seguintes itens:

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra seja em nome do homem e da mulher; 2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família; 3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados. (SETOR NACIONAL DE GÊNERO – MST, 2003, p. 25)

Os três primeiros pontos propostos indicam a importância da participação das mulheres na tomada de decisão durante o planejamento das atividades no lote. Ao constar o nome das mulheres no documento de concessão de uso da terra, representa que ambos têm poderes sobre o local de moradia e produção. Atualmente, a política adota pelo INCRA na regularização dos lotes, visa apresentar na lista de beneficiários do assentamento o nome da mulher como titular e o homem como cônjuge. A importância da discussão em conjunto com os membros na família, no que tange aos investimentos a serem realizados no lote, também é apontada como essencial nas linhas políticas da organização. Isso propõe a quebra de hierarquias mantidas pelo modelo de família patriarcal, onde o poder sobre as decisões tomadas para a produção da vida no lote era apenas realizada pelo homem, visto como o chefe do grupo familiar. Na prática essa realidade ainda permeia a vida das famílias nos assentamentos, pois é observada como uma questão intrínseca ao espaço privado, o das relações familiares.

Continuando a observar as linhas políticas do Setor de Gênero, entre os itens 04 e 07, são abordadas as seguintes questões:

4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres; 5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenham um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância; 6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher); 7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional. (SETOR NACIONAL DE GÊNERO – MST, 2003, p. 25)

Estes apontamentos buscam potencializar a relação de paridade entre homens e mulheres, no que tange a participação em espaços de formação e nas coordenações em diferentes níveis da organização. A necessidade de criação de espaços como a ciranda infantil, também é colocada em pauta, visando ser um mecanismo para maior e efetiva participação das mulheres. Outro ponto elencado é a necessidade de ampliar o debate de gênero nas instâncias do movimento, fortalecendo a construção de relações que diminuam as desigualdades de gênero.

E por fim, nos itens 8 a 11,

8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e SAC para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos; 9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc, comunitários; 10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica; 11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violências no capitalismo. (SETOR NACIONAL DE GÊNERO – MST, 2003, p. 25)

Destaca a importância da participação das mulheres nos espaços de enfrentamento a luta, como no setor de Frente de Massa, o qual é responsável pela busca de famílias interessadas em participarem da constituição de acampamentos. Outro ponto abordado é a importância da cooperação e da participação das mulheres como sócias em cooperativas e/ou associações de forma igualitária, não havendo distinção por gênero. Nesse processo se apresenta como fundamental o combate às diversas formas de violência contra as mulheres e crianças, buscando fortalecer relações mais respeitadas nos espaços públicos e privados existentes nos acampamentos e assentamentos. Cabe destacar que essas linhas políticas fortalecem o debate, porém a sua plena efetivação encontra dificuldades em ser executada. Como já foram destacados anteriormente, os reflexos da sociedade patriarcal, com práticas machistas e discriminatórias, desempenham fortes influências no interior da organização e no desenvolvimento das relações de poder.

Ainda segundo livro do Setor Nacional de Gênero, que expressa a construção de novas relações de gênero dentro de sua estrutura, é elencado elementos quanto a necessidade de fortalecer as relações entre os sujeitos que vivenciam essa realidade. Para isso, apresenta-se como um dos objetivos estratégico do movimento social,

[...] a transformação da sociedade, buscando construir uma sociedade solidária, com justiça social, capaz de garantir vida digna a toda a população. E é impossível realizar essa transformação sem acabar com as bases de sustentação da sociedade capitalista, entre elas a desigualdade nas relações de gênero. (SETOR NACIONAL DE GÊNERO – MST, 2003, p. 22)

Outra questão vivenciada e explícita por autores no que tange as relações estabelecidas no MST, está o debate referente à divisão sexual do trabalho. Essa questão está implicada, de um modo geral, dentro da estrutura econômica vivida em diversos países do mundo. Nesse sentido, existem “diferenças presentes em atividades agrícolas realizadas por homens e por

mulheres, caracterizadas a partir da classificação de trabalho leve e pesado: atividades leves realizadas por mulheres e crianças, atividades pesadas, realizadas por homens adultos.” (SALVARO, 2004, p. 324)

Tais diferenças consistem precisamente no que tange os papéis femininos e masculinos posto em nossa sociedade, principalmente através dos padrões da família burguesa patriarcal. Nessa lógica em que são definidos papéis para os sujeitos, encontra-se o MST, onde as divisões não se apresentam apenas no trabalho, mas também na organização estrutural do movimento. Podemos trazer como exemplo a divisão por gênero na participação em espaços de decisão, onde as mulheres estão à frente de setores como o da Saúde e Educação, e os homens de Produção e Frente de Massa. Por isso, apesar da tendência de mudanças estruturais, o movimento e as famílias acampadas e assentadas vivem contradições, o que se torna cada vez mais necessário que o debate acerca das relações de gênero seja disseminado em suas esferas, tornando-se um tema relevante para a organização e sendo efetivadas as linhas políticas do Setor de Gênero.

Tendo em vista as contradições existentes no interior do MST, buscou-se realizar entrevistas e diário de campo, com o foco em responder nosso objeto de pesquisa. Uma das primeiras constatações que podem ser indicadas é de que as mulheres para participar de atividades propostas pelo movimento (dias de lutas, cursos, encontros...) necessitavam, e ainda hoje necessitam, da criação de estratégias, pois a elas cabiam à responsabilidade do cuidado da casa. Um dos relatos obtidos nos apresenta elementos quanto essa questão.

Eu acredito que tinha mais lideranças femininas do que agora, porque naquela época as mulheres não tinham vacas pra cuidar, então elas se envolviam muito mais que hoje. Porque se tinha que ir pra Brasília ou Florianópolis as mulheres iam, tinham passe livre, porque não tinha bicharada, vacas pra cuidar. Hoje tem o lote e tudo mais aí não podem ir. (Joana)

É a partir do processo de transição, de acampamentos para assentamentos, que se apresenta, o início do individualismo entre as famílias e a diminuição da participação das mulheres em espaços de luta propostos pelo MST. Por isso, a fala de Joana nos indica que na organização dos acampamentos as mulheres eram mais ativas para a luta, pois não possuíam demandas individuais para serem executadas e as atividades eram desenvolvidas de forma coletiva, pois havia a organização de Núcleos de Base para o cumprimento de atividades visando à subsistência das famílias. Com a constituição dos assentamentos e a divisão de lotes

de terra para cada família, essas relações passam a ser individualizadas e cada grupo familiar desenvolve as tarefas no seu local de moradia.

Nesse sentido, apresentam-se elementos quanto a vivência de dupla jornada de trabalho realizada pelas mulheres, pois a elas cabia o cuidado com a organização da moradia, filhos, marido, e o trabalho na produção de alimentos para o consumo deste grupo familiar, como hortas, galinhas, suínos, leite⁷ e seus derivados. Por isso, para garantir a sua participação nos diferentes espaços ocupados pela organização, torna-se necessário que algumas questões fossem garantidas, como a limpeza da casa, a produção de alimentos e o repasse para outro membro da família o cuidado da horta e dos animais.

Porém, essa individualização apresentada nas relações existentes nos assentamentos vem contra os princípios propostos pelo MST e segue como um dos principais pontos de enfrentamento do movimento, pois segundo Petry (2001) os movimentos sociais

são considerados formas de expressão e manifestação que contrariam o individualismo da ideologia neoliberal e a expansão da economia de mercado que, na lógica de interesses, definem as relações sociais em termos meramente mercantis, obstaculizando desdobramentos coletivos, ou contestam o autoritarismo presente e remanescente em nossa sociedade, o qual impede a plena democratização nas esferas econômica, política, social e cultural (p. 97).

Assim, se apresenta ainda a necessidade de manter a organização e a participação de homens e mulheres frente às desigualdades propostas pelo sistema capitalista. É nesse contexto que ainda hoje o debate sobre as desigualdades de gênero esta presente na realidade dos espaços ocupados pelo MST. Os assentamentos, ao individualizar as relações e tornar maior a distância entre as moradias ocupadas por cada família, acaba por dificultar ainda mais a participação das mulheres. A chegada de novas famílias, oriundas da compra de lotes, onde não passaram pelo processo de formação nos acampamentos, também dificulta essa participação, pois não é vista como algo necessário para a produção e reprodução da vida. Atualmente quem desempenha papéis de lideranças, são os sujeitos que vivenciaram o processo da luta pela terra e em sua grande maioria estavam presentes nas grandes ocupações

⁷ No início da constituição dos assentamentos o trabalho na linha do leite era executado visando o consumo das famílias e assim era desempenhado pelas mulheres. Atualmente, pode-se observar que é uma das principais linhas produtivas da região, gerando renda para os grupos familiares e nessa transição os homens passam a contribuir na atividade.

ou são filhas e filhos de lideranças da década de 1980.

Para exemplificar essa questão, nos é apresentada a fala de Rita, que vai discorrer sobre a atual conjuntura da participação das mulheres na realidade de Passos Maia/SC. Desse modo indica que

Na verdade a gente sempre foi liderança desde os anos 80, eu era liderança lá na pastoral onde eu morava. Vindo pro acampamento a gente ficou na liderança na parte da saúde do MST, depois na coordenação da Brigada e daí me candidatei duas vezes e não consegui me eleger. Agora nessa última vez deu certo e eu me elegi. Mas não é uma tarefa diferente, pra mim não mudou nada, porque a gente sempre estava na peleia. Às vezes até me esqueço que sou vereadora, porque a vereadora também é a liderança, é a mãe lá do mato, a mãe pobre, é a mãe preta, não mudou nada. (Rita)

Quando a entrevista nos relata que sempre esteve envolvida em espaços de luta e que atualmente desempenha um papel político no contexto do município, apresenta elementos quanto à origem da participação. Atualmente desempenha um papel importante na sociedade local, porém ainda é a liderança do movimento e é a mãe lá do mato que criou a sua família com muitas dificuldades impostas pelo modelo de sociedade vigente e que ao longo de sua história vivenciou processo de exclusão. Quanto passou a se organizar através do movimento social, conseguiu acessar inúmeros direitos que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento de sua família. O acesso a terra se apresenta como a mola propulsora para o alcance a outros direitos que haviam sido negados até o momento, como por exemplo, a educação dos filhos.

Nesse sentido, nos apresenta um elemento importante quanto um dos principais papéis assumido pelas mulheres, o de ser a mãe. Nesse caso, no modelo de família patriarcal, esta questão se apresenta como intrínseca ao ser mulher, logo toda mulher possui o sonho e o dever de se constituir como mãe. A maternidade, vista como um papel a ser desenvolvido pelas mulheres se apresenta na sociedade capitalista como instrumento de controle dos corpos e sendo necessária a intervenção do estado em sua organização. Isso ocorre a partir do início do século XX, com a necessidade de construção de uma nova sociedade, onde no Brasil as relações entre mães e filhos passam a ser institucionalizadas. O cuidado com a infância assume um papel essencial nesse processo de fortalecimento da sociedade capitalista, pois as crianças serão os futuros adultos que formarão exércitos de mão-de-obra e que atuaram nas indústrias, essenciais para a sua manutenção.

No que tange a realidade da participação das mulheres em espaços de poder no MST e na sociedade, a maternidade se apresenta como um elemento importante, pois como já citado, cabe a elas o cuidado com os filhos e a manutenção do lar. Por isso, a organização do movimento realiza ações como a ciranda infantil, como meio de potencializar a participação das mulheres. Porém não é apenas esse processo que irá garantir a participação, sendo necessários outros mecanismos, como a formação e capacitação das mulheres e as relações menos desiguais nos espaços locais em que vivem, através do intenso debate acerca da categoria relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, pode-se concluir que mesmo o MST sendo um movimento social, que busca uma sociedade mais justa e igualitária, ainda estão presentes inúmeras desigualdades de gênero em seu contexto. O seu surgimento vem a contribuir com a quebra de um processo de longa data, onde inúmeros sujeitos foram historicamente explorados e passaram a produzir e reproduzir sua vida a partir de relações diferenciadas. O debate acerca das relações de gênero que se encontrar nesse contexto vem sofrendo alterações ao longo dos anos, porém ainda é necessário muito empenho de homens e mulheres para que se estabeleçam relações menos desiguais e que os papéis designados ao feminino e ao masculino sejam superados.

No decorrer do presente artigo, ainda se buscou apresentar os avanços vivenciados com o seu surgimento enquanto movimento social organizado, bem como a constituição do Setor de Gênero, que vem propor com maior ênfase a inserção desse debate em sua pauta. Porém, com os relatos de nossas entrevistadas e nas observações realizadas durante nosso período de estudo, foi possível perceber que ainda existe muito a ser executado para que cada dia mais as mulheres possam ocupar espaços políticos e de lideranças.

O debate sobre a categoria de gênero deve ser proposto em todas as comunidades dos assentamentos pelas organizações locais (Brigada e Equipe de Assistência Técnica) para que ocorram momentos de debate sobre temas como, relações de poder entre homens e mulheres, violência doméstica, maternidade e paternidade, visando diminuir as desigualdades de gênero em assentamentos da reforma agrária. A compreensão das linhas políticas do Setor de Gênero pelos integrantes do movimento e pelas equipes de assistência técnica é essencial para a

efetivação desse processo.

REFERÊNCIAS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Governo Federal Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421227&idtema=67&search=santa-catarina|passos-maia|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios-> . Acesso em: 26 de dezembro de 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília/DF: Série Antropologia, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3ª. ed. São Paulo/SP: HUCITEC, 2002.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001

PETRY, Almiro. **Movimentos sociais e a Sociologia**: os estudos sobre os movimentos sociais nos anos 90 e perspectivas para o século XXI. Ciências Sociais UNISINOS. Vol 17, nº 158, 2001.

PULILO, Movimento das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da “Igualdade de Gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. PAULILO, Maria Ignez. (org.). **Lutas Camponesas Contemporâneas**: condições dilemas e conquistas. O Campesinato como sujeito político nas décadas de 1950-1980. Vol 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SALVARO, Giovana Ilka Jacito. **Jornada de Trabalho de Mulheres e Homens em um assentamento do MST.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 321- 330, janeiro-abril 2004.

MST, Setor Nacional de Gênero. **Construindo Novas Relações de Gênero:** desafiando relações de poder. MST: 2003.

SILVA, Cristiane Berreta da. **Relações de Gênero e Subjetividades no Devir MST.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 269-287, janeiro-abril 2004.

SCHWENDLER, Sonia Fátima. A Participação da Mulher na Luta pela Terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo. Vol. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.